



## CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL

### Ata da 84<sup>a</sup> reunião, realizada em 24 de junho de 2015

1 Em 24 de junho de 2015, reuniu-se ordinariamente a Câmara Normativa e  
2 Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), no  
3 auditório da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
4 Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes  
5 membros titulares e suplentes: o presidente André Luis Ruas, representante  
6 da SEMAD; Énio Resende de Souza, da Secretaria de Estado de Agricultura,  
7 Pecuária e Abastecimento (Seapa); José Guilherme Ramos, da Secretaria de  
8 Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Daniella Teixeira Carmo de  
9 Oliveira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política  
10 Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru); Lidiane Carvalho de Campos, da  
11 Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (Setop); Gibran Conde  
12 Guedes, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Mauro da Fonseca  
13 Ellovitch, da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ); Marco Túlio Simões Coelho,  
14 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
15 (Ibama); Luiz Henrique Passos Rezende, do Departamento Nacional de  
16 Produção Mineral (DNPM) – representantes do poder público; Paula Meireles  
17 Aguiar, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg);  
18 Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do  
19 Estado de Minas Gerais (Faemg); Eduardo Antônio Arantes do Nascimento,  
20 da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais  
21 (Fetaemg); Marco Aurélio Moreira, da Federação das Associações Comerciais  
22 e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas); Fábio Henrique  
23 Vieira Figueiredo, do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais  
24 (Sindieextra); Célia Regina Alves Rennó, da Associação Brasileira de  
25 Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Newton Reis de Oliveira Luz, do  
26 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea);  
27 Gustavo Henrique Wykrota Tostes, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos  
28 Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc); Maria Teresa Viana de Freitas  
29 Corujo, do Instituto de Estudos Pró-Cidadania (Pró-Cittá) / Ronaldo  
30 Vasconcellos Novais, da Organização Ponto Terra; Ronaldo Rajão Santiago,  
31 da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) / Virgínia  
32 Granja Silva Machado de Lima, do Centro Universitário UNA – representantes  
33 da sociedade civil. **Assuntos em pauta.** **1) HINO NACIONAL.** Executado o  
34 Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente André Luis Ruas  
35 declarou aberta a 84<sup>a</sup> reunião da Câmara Normativa e Recursal. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** **Voto e**  
**paridade nos colegiados do COPAM.** A conselheira Paula Meireles Aguiar

38 solicitou à Secretaria Executiva que apresentasse esclarecimentos, na  
39 próxima reunião, com base no regimento interno do COPAM, sobre a  
40 prerrogativa do representante da SEMAD e dos demais conselheiros de votar  
41 ou de se absterem nos processos em julgamento nas reuniões dos colegiados.  
42 “Só para deixar claro, para evitar uma discussão na hora, que pudesse verificar  
43 se existe a possibilidade de não votar. Eu entendo que não votar significa se  
44 abster. Não estou questionando isso, é só uma questão de procedimento. E  
45 não só para a SEMAD, mas para os conselheiros também.” O conselheiro  
46 Mauro da Fonseca Ellovitch solicitou que, no mesmo procedimento, fosse  
47 esclarecido também a respeito de paridade das representações nas Unidades  
48 Regionais Colegiadas e demais colegiados, inclusive ponderando se o voto da  
49 SEMAD configuraria um voto a mais do poder público. “Muitos colegas  
50 queixam de que nas URCs, até por conta de algumas eleições que foram  
51 sendo feitas, essa paridade se perdeu. Com o passar do tempo, aquelas  
52 instituições deixaram de ter aquela paridade poder público e sociedade civil,  
53 e, dentro da sociedade civil, setor produtivo e setor ambientalista. Então eu  
54 acho que é legal dar essa revisada geral quanto à representatividade nas  
55 URCs.” O conselheiro Marco Aurélio Moreira reforçou a solicitação de  
56 esclarecimentos quanto à paridade nos colegiados. “O que, de fato, é  
57 paridade? Lembrando que, na sociedade civil organizada, nós temos ONGs,  
58 academias, associações e setor produtivo. E hoje do setor produtivo, por  
59 exemplo, nas URCs Paraopeba e Velhas, são apenas quatro. Na minha  
60 opinião, há um desequilíbrio muito grande. Então eu queria esclarecimento  
61 sobre o que é paridade, inclusive na bancada da sociedade civil organizada,  
62 porque eu não vejo como sendo paritário. O conselheiro Eduardo Antônio  
63 Arantes do Nascimento considerou relevante o tema levantado pela  
64 conselheira Paula Meireles Aguiar. “Evidentemente, se refere à reunião  
65 passada, em que eu perguntei e questionei por que o presidente André não  
66 tinha votado. A interpretação que eu tinha até hoje era de que a presidência é  
67 sempre exercida pela Secretaria e que ela tem um voto, e o voto de minerva  
68 só existe se há o empate.” Reforçou ainda a solicitação que seja avaliada a  
69 atual composição dos colegiados, sob o aspecto da paridade entre os setores.  
70 O conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz considerou pertinentes os  
71 comentários relativos ao tema e solicitou que a paridade fosse avaliada  
72 também nas atualizações das estatísticas que são apresentadas pela SEMAD  
73 relativas ao comparecimento às reuniões. **4) EXAME DA ATA DA 83<sup>a</sup>**  
74 **REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 83<sup>a</sup> reunião da Câmara  
75 Normativa e Recursal, realizada em 29 de maio de 2015, com recomendação  
76 da conselheira Paula Meireles Aguiar para que seja informado, no item 6, quais  
77 conselheiros votaram a favor e quais se abstiveram, além dos votos contrários.  
78 A ata foi aprovada com abstenções dos conselheiros Célia Regina Alves  
79 Rennó, Énio Resende de Souza e Luiz Henrique Passos Rezende. **5)**

80 **DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM PUBLICADA AD REFERENDUM,**  
81 **PARA EXAME E DELIBERAÇÃO.** 5.1) Deliberação Normativa COPAM nº  
82 202, de 3 de junho de 2015, que altera dispositivos da Deliberação  
83 Normativa COPAM nº 176, de 21 de agosto de 2012 e dá outras  
84 providências. Deliberação Normativa referendada por unanimidade nos  
85 termos em que foi publicada ad referendum. 6) **PROCESSOS**  
86 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO.** 6.1) Moderna Auto  
87 Posto Ltda. Comércio varejista de combustíveis e lubrificantes, exclusive  
88 gás liquefeito de petróleo. **Martinho Campos/MG. PA**  
89 **02200/2001/002/2002, AI 1060/2002.** Recurso indeferido por unanimidade nos  
90 termos do parecer jurídico, com abstenções dos conselheiros Paula Meireles  
91 Aguiar, Ronaldo Rajão Santiago e Carlos Alberto Santos Oliveira. 6.2)  
92 **Mineração Rio Novo Ltda. Projeto Domingas. Extração e beneficiamento**  
93 **de metais e pedras preciosas. Diamantina/MG. PA 00090/1985/016/2002,**  
94 **AI 1215/2002.** Recurso indeferido por unanimidade nos termos do parecer  
95 jurídico, com abstenções dos conselheiros Newton Reis de Oliveira Luz, Paula  
96 Meireles Aguiar, Ronaldo Rajão Santiago, Carlos Alberto Santos Oliveira e  
97 Luiz Henrique Passos Rezende. 6.3) **Posto Cristal Coronel Fabriciano Ltda.**  
98 **Comércio varejista de combustíveis e lubrificantes, exclusive gás**  
99 **liquefeito de petróleo. Coronel Fabriciano/MG. PA 00201/2004/001/2004,**  
100 **AI 1110/2004.** Recurso indeferido por unanimidade nos termos do parecer  
101 jurídico, com abstenções dos conselheiros Paula Meireles Aguiar, Ronaldo  
102 Rajão Santiago e Carlos Alberto Santos Oliveira. 6.4) **Auto Posto Excalibur**  
103 **Ltda. Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de**  
104 **sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis. Bambuí/MG.**  
105 **PA 656/2001/002/2004, AI 1679/2004.** Recurso indeferido por unanimidade  
106 nos termos do parecer jurídico, com abstenções dos conselheiros Paula  
107 Meireles Aguiar, Ronaldo Rajão Santiago e Carlos Alberto Santos Oliveira.  
108 6.5) **Indústria de Papéis Sudeste Ltda. Fabricação de artigos e artefatos**  
109 **de papelão, cartolina e cartão, impressos ou não, simples ou**  
110 **plastificados. Juiz de Fora/MG. PA 00144/1987/007/2004, AI 777/2004.**  
111 Recurso indeferido por unanimidade nos termos do parecer jurídico, com  
112 abstenções dos conselheiros Paula Meireles Aguiar, Ronaldo Rajão Santiago  
113 e Carlos Alberto Santos Oliveira. 6.6) **Minerita Minérios Itaúna Ltda. Postos**  
114 **revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas**  
115 **retalhistas e postos flutuantes de combustíveis. Itatiaiuçu/MG. PA**  
116 **00368/1989/030/2007, AI 1315/2004.** Processo retirado de pauta com pedido  
117 de vista do conselheiro Fábio Henrique Vieira Figueiredo. 6.7) **Indústria de**  
118 **Milho Anchieta S/A. Fabricação de produtos alimentares, não**  
119 **especificados ou não classificados. São Domingos do Prata/MG. PA**  
120 **14315/2007/001/2008, AI 50407/2007.** Recurso indeferido por unanimidade  
121 nos termos do parecer jurídico, com abstenções dos conselheiros Paula

122 Meireles Aguiar, Ronaldo Rajão Santiago e Carlos Alberto Santos Oliveira.  
123 **6.8) Alípio Teixeira. Extração de areia e cascalho para utilização imediata**  
124 **na construção civil. Imbé de Minas/MG. PA 12352/2007/002/2009, AI**  
125 **053009/2007.** Recurso indeferido por unanimidade nos termos do parecer  
126 jurídico, com abstenções dos conselheiros Paula Meireles Aguiar, Ronaldo  
127 Rajão Santiago e Carlos Alberto Santos Oliveira. **6.9) José Antônio de**  
128 **Oliveira Neto. Extração de areia e cascalho para utilização imediata na**  
129 **construção civil. Bom Jesus do Galho/MG. PA 02491/2012/001/2012, AI**  
130 **021965/2008.** Recurso indeferido por unanimidade nos termos do parecer  
131 jurídico, com abstenções dos conselheiros Paula Meireles Aguiar, Ronaldo  
132 Rajão Santiago e Carlos Alberto Santos Oliveira. **7) APRESENTAÇÃO**  
133 **SOLICITADA PELA CONSELHEIRA REPRESENTANTE DO INSTITUTO DE**  
134 **ESTUDOS PRÓ CIDADANIA (PRÓ-CITTÁ).** **7.1) FORÇA-TAREFA CRISE**  
135 **HÍDRICA.** Apresentação: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
136 (**Seplag**). Leonardo Carvalho Ladeira, da Seplag, fez apresentação à Câmara  
137 sobre a força-tarefa criada pelo governo de Minas Gerais para tratar sobre a  
138 crise hídrica no Estado, destacando que se trata de um grupo com o objetivo  
139 de avaliar a situação dos recursos hídricos de maneira geral, para propor não  
140 somente soluções emergenciais, mas também ações de longo prazo, sobretudo em articulação entre os diversos órgãos do governo. Após a  
141 exposição, foram registradas manifestações pelos conselheiros e esclarecidos  
142 os pontos destacados. As contribuições deverão ser levadas ao governo para  
143 avaliação e providências. Segue síntese das manifestações. O conselheiro  
144 Newton Reis de Oliveira Luz parabenizou o representante da Seplag pela  
145 apresentação e destacou a necessidade de se explicitar as despesas e  
146 receitas que serão destinadas para efetivação das ações propostas. “Quando  
147 se faz um plano de trabalho que envolve repasse de recursos, tem que estar  
148 assegurado aquele recurso. Quando se chega, efetivamente, na hora de  
149 liberar, vêm os contingenciamentos. Então fica no fundo uma sensação de que  
150 é um belo trabalho, mas, na minha visão pessoal, fica um gosto de carta de  
151 intenção, porque, efetivamente, não consegue assegurar que vai ter aqueles  
152 recursos para fazer, principalmente em uma situação atual de crise que está  
153 acontecendo no Estado. Penso que, para se executar isso, a despeito de ser  
154 excelente ideia e um plano muito bom, poderemos ter problemas com  
155 recursos.” A conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo destacou sua  
156 preocupação em relação às soluções de longo prazo. “Eu estou saindo daqui  
157 muito preocupada porque você mesmo disse que o projeto Cultivando Água  
158 Boa é uma coisa para longo prazo, que envolve uma construção, parceiros  
159 etc., e as coisas básicas, para neste momento já pensarmos em soluções  
160 imediatas – que não envolveriam provavelmente recursos, mas, sim, interesse  
161 político –, estão colocadas, precisamente, no eixo que é de longo prazo. Por  
162 exemplo, proteção das áreas de recarga de aquífero, proteção de nascentes  
163

164 em topo de morro. E não seria necessária a questão de recursos. Por exemplo,  
165 nós temos no Estado de Minas que mineração é utilidade pública e pode  
166 acontecer em APP. Então, se houver realmente seriedade na atuação do  
167 Estado, não precisaria gastar um centavo, isso teria que ser imediatamente  
168 revisto, pelo menos durante um tempo, até haver uma avaliação  
169 hidrogeológica de cada bacia hidrográfica onde a mineração pretende se  
170 instalar. Enquanto está tendo toda essa matriz, com tanto detalhamento, nós  
171 tivemos, recentemente, decisões que vão na contramão precisamente da  
172 escassez hídrica, como a da Anglo American, em que foi decidido outorgar  
173 mais água para ampliação do mineroduto. Poderia ter vindo uma diretriz do  
174 Estado de que aquilo estaria suspenso, que aquele processo iria ser baixado  
175 em diligência ou algum encaminhamento. Temos outra situação. Na Serra da  
176 Moeda, um megaempreendimento. Na realidade, ainda não houve uma  
177 posição do Estado do que aquilo significa para uma região como o Alto Velhas.  
178 Então, estou saindo daqui preocupada, porque nós olhamos isso muito  
179 completo, mas, conceitualmente, são caminhos. E não estou dizendo que não  
180 existe uma intenção de se tratar isso realmente com a maior seriedade. Mas,  
181 no sentido emergencial de uma grave escassez hídrica que nós estamos  
182 vivenciando, eu estou achando muito preocupante, porque, no mínimo, tinha  
183 que ter o eixo já de medidas emergências. Por exemplo, a informação que eu  
184 tenho é que, até o momento, não se sabe do IGAM o total que está outorgado  
185 no Alto Velhas e onde está outorgado. Tivemos uma denúncia recente de uma  
186 megacaptação de 302 litros por segundo no rio Itabirito, que nem passou pelo  
187 CBH Velhas. O eixo conceitual foi importante, mas em que pé estão e quais  
188 são as ações que serão sinalizadas agora em julho, na finalização dessa forç-  
189 tarefa, como prioritárias, para que não tenhamos agravamento da escassez  
190 hídrica, em ações que não estão diretamente vinculadas a recursos? Esse é  
191 o meu questionamento.” Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch: “O Estado  
192 fez levantamento sobre a necessidade de racionamento para uso doméstico.  
193 Então, já tem cenários planejados para isso. Só que a Lei da Política Nacional  
194 de Recursos Hídricos fala que abastecimento e dessedentação de animal são  
195 prioridades. Como o Estado fez um planejamento para racionamento humano  
196 e não fez para racionamento de outras atividades? Isso me preocupa, eu acho  
197 que é uma linha ilegal em que o Estado está caminhando. Como já tem  
198 projeções para cortar água ou racionar água para consumo e não tem para  
199 outras atividades? Isso me preocupa mais do que a questão conceitual. Não  
200 é que não seja um cenário previsto para médio e longo prazos, é um cenário  
201 para hoje. As portarias publicadas no IGAM com as outorgas e racionamentos  
202 para a bacia do Paraopeba... Isso é preocupante. Por que o Paraopeba, e não  
203 o Velhas, que abastece, inclusive, boa parte dos reservatórios que captam no  
204 Paraopeba? As portarias têm uma série de problemas técnicos. Salvo engano,  
205 tinha cinco outorgas na bacia inteira do rio Manso, não foram contabilizados

206 os usos insignificantes, as outorgas em revalidação. Isso para mim é uma  
207 portaria completamente para inglês ver, porque não traz dados concretos e  
208 não mostra um planejamento sério. Então, a minha preocupação é muito  
209 elevada em relação a esse ponto. E eu queria saber se o Estado tem ciência  
210 disso e se tem algum tipo de planejamento para distribuição das captações  
211 outorgadas ou não. Vai ter algum racionamento para outorga, já tem  
212 levantamentos, estudos, projeções sobre isso?" Conselheiro Eduardo Antônio  
213 Arantes do Nascimento: "Eu vou me limitar a apenas alguns pontos, deixando  
214 claro que, na primeira reunião extraordinária do Conselho Estadual de  
215 Recursos Hídricos, os secretários vieram, e eu me manifestei e considerei  
216 muito importante a criação da força-tarefa. Eu acho que, no desenho  
217 institucional e administrativo do Estado, como há uma dificuldade de se  
218 centralizar, no bom sentido, de organizar esforços entre os diversos órgãos de  
219 governo, não tem um órgão que centraliza. A não ser a pessoa do governador,  
220 e isso não é operacional. Acho também que a cobrança em torno da  
221 disponibilidade orçamentária é correta enquanto um componente de  
222 planejamento, só que não há como negar que o atual orçamento é um  
223 orçamento encaminhado pelo outro governo. Mas, com os fóruns regionais,  
224 pode ser que o perfil mude. Então, eu acho que temos que levar também em  
225 conta essa consideração da restrição orçamentária e também que existe uma  
226 crise que reflete na arrecadação, no passivo, na capacidade operacional dos  
227 órgãos públicos. A primeira ponderação é que a criação da força-tarefa foi  
228 fundamental, que é fundamental tentar estabelecer nortes, que estão  
229 expressos em eixos temáticos. Mas, a meu ver, não se pode cair no erro de  
230 achar que o governo tem que formular tudo e depois trazer para a sociedade  
231 e falar 'isso aqui é bom, e aceite'. Eu acho que está passando da hora de o  
232 governo abrir a discussão. Já tem um desenho geral. E não é só vir e expor,  
233 mas fazer o debate. A segunda questão que eu gostaria que fosse levada ao  
234 governo é a seguinte: a política de pagamento por serviços ambientais,  
235 especificamente, o Bolsa Verde. Nós da Fetaemg participamos da formulação  
236 da construção e consideramos que, em termos de essência, é o melhor  
237 programa. Precisava andar, e o governo resolver como pagar o passivo que  
238 está devendo aos agricultores; e a demanda é enorme. Outro problema  
239 essencial é o de não se ouvir a sociedade. Para nós da agricultura, não tem  
240 como discutir agora a questão ambiental se a questão do Cadastro Ambiental  
241 Rural não for discutida. E já está correndo o prazo da primeira prorrogação, a  
242 primeira e única prevista. Eu gostaria que o CAR seja incluído e que isso vá  
243 para a prática: o CAR, o PRA, a recuperação ambiental. Nós queremos todo  
244 o processo. Seria essa a segunda questão. E em terceiro lugar estou  
245 preocupado de terem sido colocadas ali as barragens. Essa discussão é longa  
246 e pode ser boa, em determinado caso, mas, para colocar barragem como  
247 instrumento no contexto da crise hídrica, nós temos que discutir isso muito

bem, caso a caso.” Posteriormente, o conselheiro explicitou sua proposta de ampliação do debate: “Na minha opinião, essa proposta (apresentada pela força-tarefa) tem que ser levada para as nove URCs, ao COPAM, ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a todos os comitês de bacia e às câmaras temáticas do COPAM. O governo, com essa matriz exposta, já tem certo norte e agora está na hora de inverter o sinal e trazer para construção, e não para informar. Isso não vai para a prática nem vai ser melhorado sem discussão. Discutir é diferente de comunicar ou de apresentar.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Existem ações que podem ser implementadas pelo Estado de forma imediata, sem ônus para o Estado. Vou dar um exemplo simples que eu vejo que não está ocorrendo. Os licenciamentos ambientais que estão sendo concedidos neste momento, nas bacias onde está sendo declarada escassez hídrica, não têm no seu EIA/Rima a contemplação desse item. Como o órgão licenciador julga processos de licenciamento ambiental dentro de uma bacia onde se tem escassez hídrica constatada, onde se está pensando em onerar o consumo humano – nas escalas de oneração, seria a última a ser levada em consideração –, e não são observadas as restrições para o consumo humano, para as atividades licenciadas de quaisquer natureza que sejam, muitas delas a montante dos mananciais, onde se faz a capacitação e onde foi declarada escassez hídrica? Isso é uma ação de vontade, não é uma ação que demanda recurso público, é simplesmente o órgão querer fazer, o Estado querer fazer. A minha segunda questão é que está se pensando, no caso das outorgas, em se onerar o consumo humano, mas não vai onerar o valor das outorgas. Inclusive, outorgas a montante dos mananciais onde se está onerando o consumo humano. Está se exigindo a restrição do consumo de água para fins humanos em determinados mananciais e não se está restringindo o volume outorgado nessas mesmas bacias, inclusive a montante dos mananciais onde há essa captação de água. A sensação que estou tendo é que estamos fazendo um belo plano, mas questões simples e práticas que poderiam ser implementadas imediatamente, sem ônus para o Estado e com reflexos sociais e ambientais de grandes proporções não estão sendo tomadas. Eu acho que são medidas que podem ser adotadas do dia para a noite, sem precisar sequer do secretário. Às vezes, o próprio corpo técnico tomar essa iniciativa para que as coisas mudem de enfoque.” Conselheira Célia Regina Alves Rennó: “O racionamento que está previsto na região metropolitana de Belo Horizonte é em função de que o sistema que está atendendo e as obras que estão previstas não vão conseguir atender a esse incremento da demanda ainda neste ano. Então, esse racionamento visa otimizar o atendimento durante esse período crítico. Nós estamos cobrando a melhoria da gestão que é necessária nessas bacias e a implantação dessas obras previstas de curto e médio prazos, para não passarmos por esses períodos de crise em outro momento. Já existem

290 municípios que estão em racionamento. Já temos conhecimento de alguns  
291 municípios pequenos que estão em processo de racionamento desde agora,  
292 porque já têm previsão de que não irão ser atendidos. O racionamento na  
293 região metropolitana é uma questão de atendimento pontual, em função da  
294 incapacidade de respostas de curto prazo no sistema que já está  
295 implementado.” **8) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem  
296 tratados, o presidente André Luis Ruas declarou encerrada a sessão, da qual  
297 foi lavrada esta ata.

---

298

299 **APROVAÇÃO DA ATA**

300

301

---

302 **Presidente André Luis Ruas**